



**“Histórias do Trabalho no Sul Global”**

**“Historias del Trabajo en el Sur Global”**

**“Labour Histories from the Global South”**

**I Seminário Internacional de História do Trabalho**

**V Jornada Nacional de História do Trabalho**

**Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis**

**25-28 de Outubro de 2010**

---

## **CRIAS DA CASA, DOMÉSTICOS E SERVOS: INTERFACES DOS MUNDOS DO TRABALHO NO RECIFE DE 1837 A 1870.**

Tatiana Silva de Lima.

([tatiana\\_lima\\_7@hotmail.com](mailto:tatiana_lima_7@hotmail.com))

Palavras tem histórias. Como resultado disso, elas podem se tornar conceitos que em cadeia se articulam uns aos outros. E mais, novos conceitos são produzidos ainda que as palavras empregadas sejam as mesmas. Não é sem incorrer no perigo da simplificação que nos atrevemos a expressar em poucas palavras ideias de Reinhart Koselleck.<sup>1</sup> No entanto, é com o rigor dos historiadores no exercício do seu ofício que advogamos serem inteiramente procedentes tais afirmativas.

Sabemos disso com a ajuda de outros pesquisadores. Vem de B. J. Barickman uma importante chave interpretativa que em parte se aplica ao tema central do nosso estudo, o trabalho doméstico no Recife oitocentista. Este historiador, pesquisando a lista nominativa de Santiago do Iguape em 1835, no Recôncavo Baiano, enfatizou que, para os recenseadores, domésticos podiam equivaler a agregados (livres), filhos ilegítimos, concubinas, e não

---

<sup>1</sup> KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 134 – 146.

necessariamente a empregados domésticos no sentido atual da expressão.<sup>2</sup> Nessa perspectiva, o autor defende a dissociação entre as categorias mencionadas e o trabalho doméstico, mas não sem notar este tipo de atividade como o idealizamos hoje. Assim, lançamos a seguinte pergunta: será que as referidas categorias, ou pelo menos algumas delas, eram distantes do trabalho doméstico também num passado longínquo?

Não disponibilizamos listas nominativas para o Recife. Mas será através de outras fontes que faremos uma reflexão inicial sobre as designações “crias da casa” e “domésticos”, variavelmente relacionadas a personagens de idade tenra que exerciam /eram impelidas a exercer serviços domésticos no Recife de 1837 a 1870. Sendo assim, essa é uma investigação que requer um debate sobre os parâmetros oitocentistas das fases da vida. Sobre esse assunto, Kátia Mattoso nos instrui:

Regra geral, as idades da vida que correspondem às categorias de infância, adolescência, idade adulta e velhice, são as mesmas para a população livre e para a população escrava. Há, porém, entre uma e outra uma diferença de monta, ligada à função social desempenhada por cada uma dessas categorias de idade: a criança branca livre e até mesmo a criança de cor livre podem ter seu prazo de ingresso na vida ativa protelado, enquanto a criança escrava, que tenha atingido certa idade, entra compulsoriamente no mundo do trabalho.

Em nota, porém, a autora lembra que nas camadas baixas livres o ingresso de suas crianças na vida ativa talvez tenha sido tão importante quanto à das crianças cativas; entrada teoricamente diferente pelo seu caráter não compulsório, porque a decisão emanava de consenso familiar.<sup>3</sup> Para os escravos, em especial, Mattoso diz que pareciam existir duas idades na infância, de acordo com uma amostra de inventários e testamentos de 1860 a 1888 encontrada no Arquivo Estadual da Bahia. As idades eram: de zero aos sete anos, correspondendo a crianças geralmente sem desempenho de atividades de tipo econômico; e dos sete/oito anos até os doze, quando os jovens cativos deixavam de ser crianças para entrar no mundo dos adultos, na qualidade de aprendizes.<sup>4</sup>

Nossas fontes parecem confirmar essa divisão, pelo menos em alguns sentidos. Nos livros de batismo encontramos escravos de dez anos sendo denominados de “adultos”. Nesta perspectiva, Luiza era “adulta do Gentio de Angola”, pertencia a Julião Portela, e havia sido

<sup>2</sup> BARICKMAN, B. J. E se a casa grande não fosse tão grande? Uma freguesia açucareira do Recôncavo Baiano em 1835. *Afro-Ásia*, 29/30 (2003), 79 – 132, p. 99 – 103.

<sup>3</sup> MATTOSO, Kátia de Q. O filho da escrava (Em torno da lei do ventre livre). *Revista Brasileira de História*. São Paulo. V. 8 nº 16, pp. 37 – 55, mar. 88/ago. 88, p. 39.

<sup>4</sup> Ibid. p. 41, 42.

batizada em julho de 1837 por Maria e Bernardo, na Freguesia de Santo Antônio - seus pais não foram identificados, o que era presumível por ser africana.<sup>5</sup> Mas os cativos não eram os únicos considerados adultos desde cedo. O pardo Thomaz, de oito anos de idade, filho natural da parda falecida Felisberta Maria da Conceição, foi batizado em 1847 na mesma freguesia pelo branco e solteiro João José Alves, sendo chamado de “adulto”.<sup>6</sup> Esses exemplos eram expressões da maioridade religiosa. Para a Igreja, a idade da razão do cristão jovem encontrava-se aos sete anos, idade de responsabilidade e consciência. Por esse tempo, a criança adquiria foro de adulto, de ingênuo passava a ser alma de confissão.<sup>7</sup>

Quanto ao aprendizado de ofícios pelos cativos “adultos”, a alforria coletiva de quatro irmãos, filhos da “crioula” Theresa, no Recife de 1840, é um dos registros a serem citados. O grupo era formado pelos “cabrinhas” Lourenço, Alexandre e Ladislão, e pela “mulatinha” Isalina. O primeiro possuía dez anos de idade, e em idades decrescentes seguiam-lhe Isalina, Alexandre e Ladislão. Joanna Francisca da Silveira condicionava tais alforrias à sua morte e à do seu padrinho, o padre Ignácio de Almeida Fortuna. Se ela falecesse antes, o padre ficaria obrigado a mandar-lhes “ensinar seos officios, para que tenham modos de viver depois da sua morte”.<sup>8</sup>

Já comentamos sobre a maioridade religiosa, resta-nos tratar sobre a idade civil e a econômica. O Código Filipino - na sua parte de direito civil, em vigor no século XIX inteiro, estabelecia a maioridade para as meninas aos doze anos, e para os meninos aos quatorze. A maioridade econômica, própria à condição cativa, demarcava o fim da infância bem antes das idades mencionadas.<sup>9</sup> A Lei do Ventre Livre de 1871 coroou isso. Como sabido, esta lei considerou livres os filhos de mulher escrava nascidos a partir da sua vigência. De acordo com o Parágrafo 1º, do Artigo 1º:

Os ditos filhos menores ficarão em poder e sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quais terão obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos.

<sup>5</sup> Matriz do Santíssimo Sacramento de Santo Antônio do Recife, “Livro 12 de Baptisados de 1829 a 1838”, f. 298 v.

<sup>6</sup> Matriz do Santíssimo Sacramento de Santo Antônio do Recife, “Livro 17 de Baptisados de 1847 a 1848”, f. 8.

<sup>7</sup> MATTOSO, Kátia de Q. Op. Cit. p. 42.

<sup>8</sup> IAHGP, “Livro de Notas do Tabelião Bezerra. Recife, 1840, Nº 49”, f. 6, 6 v.

<sup>9</sup> MATTOSO, Kátia de Q. Op. Cit. p. 42.

Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá a opção, ou de receber do estado a indenização de 600\$000,00 ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de vinte e um anos completos.<sup>10</sup>

Oito anos parecia tempo suficiente para a criança dar provas de suas capacidades. Mesmo livre o filho da escrava não perdeu seu valor de mão-de-obra, valor variável de acordo com a idade. Segundo os redatores da Lei, o “menor” a se proteger era na realidade o bom trabalhador, útil ao seu superior.<sup>11</sup> A idade de doze anos, já sugerida por outras fontes, também foi demarcada na Lei, estipulando que até essa idade os menores acompanhassem suas mães no caso de serem vendidas. Sendo assim, os direitos e obrigações relativos aos ingênuos transferiam-se aos seus novos responsáveis.<sup>12</sup>

### *DOMÉSTICOS E ENJEITADOS.*

Seguem alguns significados do termo doméstico em dicionário de época: “adj. De casa, caseiro: (...) os negócios domésticos. (...) § Exemplos domésticos; (...) de nossos parentes, de pessoas da família, da Pátria. (...) §. Familiar, de casa. Camões, conversação domestica afeição. § Que habitou, ou teve entrada. (...)”<sup>13</sup> Não parecia ser por acaso que grande parte dos significados atribuídos a palavra doméstico acima se reportasse a pessoas, em especial a parentes.

Henry Koster, que se tornou senhor de engenho em Pernambuco no início do século XIX, comentou ter sido a criança abandonada nas portas das residências ricas do Recife “quase invariavelmente sustentada, e criada entre os filhos da casa (se a cor não é completamente escura a admitem nesse meio), certamente como um doméstico mas não como servo, e mesmo a negrura de sua tez não a afasta de ser instruída entre os meninos brancos”.<sup>14</sup> O observador revestiu o termo doméstico do significado relativo à família, e em certa medida

<sup>10</sup> Artigo 1º § 1º da Lei Nº 2040 - 28.09.1871. BRANDÃO VASCONCELOS, Sylvana M. *Ventre livre, mãe escrava: a reforma social de 1871 em Pernambuco*. Recife: Ed. da Universidade Federal de Pernambuco, 1996, Anexo.

<sup>11</sup> MATTOSO, Kátia de Q. Op. Cit. p. 54.

<sup>12</sup> A Lei do Ventre Livre com certeza reverberou no mundo do trabalho doméstico, por isso que o ano de 1870 constitui o limite do nosso corte cronológico. O nosso marco inicial, 1837, diz respeito à segunda Lei de Locação de Serviços (a primeira foi em 1830), direcionada a regular especificamente os serviços de estrangeiros; ela fazia parte das ações que visavam estimular a imigração para o país.

<sup>13</sup> MORAES SILVA, Antonio. *Diccionario da lingua portugueza* - recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado. Vol. 1. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813, p. 637. Disponível em [www.brasiliana.usp.br](http://www.brasiliana.usp.br). Acesso em 10/03/2010.

<sup>14</sup> KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Trad. Luis da Câmara Cascudo. 2. ed. Coleção Pernambucana. Vol. XVII. Recife, Secretaria de Educação e Cultura, Governo do Estado de Pernambuco, Departamento de Cultura: 1978, p. 376.

do sentido analisado por Barickman, agregado (livre). Pelo menos legalmente, a criança escrava abandonada era considerada livre desde o século XVIII, em legislação específica de Pombal. Por outro lado, Koster desconectou doméstico do sentido de servo, dependendo da cor da criança enjeitada.

Em documento de 1820, podemos ler que:

Pais, e Mães enjeitam os filhos por um de três motivos: 1. pelo perigo que corriam, se fossem conhecidos; como acontece nas uniões clandestinas, em que há todo o interesse em ocultar os partos; 2. pela suma pobreza dos Pais; 3. pela sua perversidade, que sufoca em seus corações os sentimentos do amor paterno, e lhes faz considerar a criação dos filhos como um peso, de que procuram aliviar-se (...).<sup>15</sup>

Exceto pelo terceiro motivo, que correspondia a injunções morais relacionadas à construção da ideia de maternidade e paternidade, a historiadora Alcileide Nascimento pontua motivações do abandono que coincidem com as mencionadas, acrescidas de novas. São elas: a miséria; a doença, a viuvez, loucura, prisão das mães; uma prole já grande; os impedimentos morais – nos casos de crianças nascidas do adultério, de mães solteiras etc.; pelo falecimento de um dos genitores ou dos dois – as crianças órfãs.<sup>16</sup> As crianças eram abandonadas em residências; na Casa dos Expostos – criada no Recife em 1789, e localizada no pátio do Paraíso, contígua à igreja de mesmo nome na freguesia de Santo Antônio; os pequenos também eram deixados nas ruas, becos, igrejas, rios, mangues e lixo da cidade, sendo muitas vezes mutilados e subtraídos pelos animais.<sup>17</sup>

Podemos citar alguns exemplos de crianças enjeitadas em residências da nossa amostra composta por livros de batismo das quatro freguesias no centro urbano recifense<sup>18</sup>, que está em vias de ser totalmente sistematizada e relacionada com outras fontes, notadamente os inventários e testamentos. Por ora, parece razoável adiantar terem formado um grupo diminuto as crianças batizadas como enjeitadas, e que haviam sido deixadas em casas de particulares. Só para termos uma ideia, dos três livros de batismo selecionados para este artigo

<sup>15</sup> PINTO, Antônio Joaquim de Gouvêa. Compilação das providências que a bem da criação e educação dos expostos ou enjeitados se tem publicado e acham espalhadas em diferentes artigos de legislação pátria. Lisboa: Impressão Régia, 1820. In ANJOS, João Alfredo dos. *A Roda dos Enjeitados: enjeitados e órfãos em Pernambuco no século XIX*. 1997. (Mestrado em História), Recife, UFPE, p. 62.

<sup>16</sup> NASCIMENTO, Alcileide C do. *A Roda dos Enjeitados nos embates da cultura*. NASCIMENTO, Alcileide e GRILLO, Maria Ângela (org.). *Cultura, gênero e infância: nos labirintos da História*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2007. p. 185-198, p. 189.

<sup>17</sup> \_\_\_\_\_. *A sorte dos enjeitados: o combate ao infanticídio e a institucionalização da assistência às crianças abandonadas no Recife (1789 – 1832)*. São Paulo: Annablume: FINEP, 2008.

<sup>18</sup> Freguesias de São Pedro Gonçalves, de Santo Antônio, São José (a partir de 1844) e Boa Vista.

referentes a freguesias e períodos diferentes, encontramos registros desses atores apenas em Santo Antônio.<sup>19</sup>

Nesse sentido, Francisco, que era “branco”, foi batizado na Matriz de Santo Antônio em agosto de 1836, e exposto na casa do Reverendo Francisco Coelho de Lemos e Silva em abril do referido ano. Uma guia “com que veio [dizia] ter nascido aos quatro do mesmo mez e anno”; ele teve como padrinhos Cândida Felícia de Velois Chaves e Henrique Amantes Chaves, brancos e casados.<sup>20</sup> A “parda” Joaquina contava sete anos quando foi batizada em setembro de 1837; ela havia sido enjeitada na casa de Jozé Francisco de Araújo e sua mulher Rita Maria da Conceição, ambos “pardos”, e recebia como padrinhos Thereza Raimunda de Souza e Jozé Gonçalves da [ilegível], este “branco” e ambos solteiros. Nada mais foi dito sobre o dia da sua exposição.<sup>21</sup>

Alguns expostos eram criados por famílias ricas ou pessoas de posses como filhos de criação. Seguem exemplos que antecedem o nosso corte cronológico significativos nesse tocante. Inês Barreto de Albuquerque criou com o seu marido em 1684 o hospital para os pobres, denominado de Hospital do Paraíso, em Santo Antônio. Em seu testamento, a mulher havia legado a d. Ana, enjeitada em sua casa, dois escravos e cem arrobas de açúcar branco, e ainda pediu a sua sobrinha que a mantivesse em sua residência caso seu pai não aparecesse.<sup>22</sup> Manuel Gonçalves da Cruz, pai de Antônio Gonçalves da Cruz – o Cabugá, contemplou uma enjeitada que criara com “rico dote, incluindo não apenas dinheiro, mas peças finas de vestuário e jóias”.<sup>23</sup>

Outro exemplo vem do português Antônio Fernandes de Matos, que migrou para o Brasil após a partida dos holandeses e judeus em 1654. Ele chegou a ter mão de obra abundante e farta sob o seu comando: noventa e oito cativos, extenso grupo de mestres (carpinas, tanoeiros e vários artífices) - ele foi simplesmente o maior empreiteiro/construtor privado de Pernambuco no período; ainda foi criador de gado, um dos maiores traficantes de

<sup>19</sup> Inventários e testamentos podem ser encontrados no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP) e no Memorial da Justiça de Pernambuco. Para este artigo, fizemos uma pequena parcial cruzando personagens relacionados a expostos de um livro de batismo, dos três selecionados, da freguesia de Santo Antônio e os inventários do mencionado Instituto, mas não obtivemos sucesso.

<sup>20</sup> Matriz do Santíssimo Sacramento de Santo Antônio do Recife, “Livro 12 de Baptisados de 1829 a 1838”, f. 260 v.

<sup>21</sup> Matriz do Santíssimo Sacramento de Santo Antônio do Recife, “Livro 12 de Baptisados de 1829 a 1838”, entre a f. 304 e a f. 307 v.

<sup>22</sup> NASCIMENTO, Alcileide C do. *A sorte dos enjeitados...* p. 59.

<sup>23</sup> ANJOS, João Alfredo dos. *A Roda dos Enjeitados: enjeitados e órfãos em Pernambuco no século XIX*. 1997. (Mestrado em História), Recife, UFPE, p. 32.



escravos da sua época, e proprietário das matas de Camaragibe. Esse homem criou em sua casa uma órfã enjeitada de nome Teresa, que na ocasião da feitura do seu testamento estava na casa de Francisco Gonçalves. O texto do testamento sugere relação paternal entre Antônio e Teresa, que receberia dote quando se casasse.

Mesmo assim, é apropriado pensar que Teresa se ocupasse pelo menos dos pequenos afazeres domésticos, até porque a mulher de Matos havia morrido há alguns anos; talvez fosse mais um agravante a condição de estar morando em nova casa – na qual não havia crescido.<sup>24</sup> Por sinal, essa reflexão tanto pode ser aplicada aos casos de pequenos, não expostos, mas criados por terceiros, como se estende às outras modalidades de trabalho. Nesse sentido, Maria Jose da Rocha, ao morrer em 1840 no Recife, deixou diminutas quantias para suas várias afilhadas, inclusive a Maria, cativa da Senhora Anna de Tal, e constituiu como herdeiro o seu primeiro testamentário Paullo Pereira da “Roixa”, “por o ter criado e não ter Erdeiros legítimos.”<sup>25</sup> Paullo parecia ser o seu braço direito.

Mas nem todo enjeitado e/ou agregado tinha uma boa sorte. Era o caso de ser criado numa casa de poucos recursos, ficando na fronteira entre a liberdade e a escravidão. Estudos têm argumentado que as crianças dos grupos subalternos (cativas, libertas, livres pobres) tiveram experiências muito parecidas no Brasil escravista. Comumente, trabalhadores domésticos foram denominados de “criados” pelo fato de muitos chegarem à casa do patrono/empregador bem pequenos, “usufruindo durante alguns anos um status um tanto ambíguo que variava entre o de criança engraçadinha e o de serviçal”.<sup>26</sup>

Na freguesia de Santo Antônio parece ter havido o maior número de crianças abandonadas, mas sobretudo na Casa dos Expostos. No entanto, esse dado não garante terem sido poucos os pequenos deixados em residências particulares. Talvez ele estivesse associado a uma outra questão: a escravização e a reescravização dessas crianças. As mães cativas, tentando desviar os seus donos de procurar os filhos que abandonavam num destino óbvio – a Casa dos Expostos, lançavam mão de outras opções de lugares, a exemplo das residências. De acordo com Alcileide Nascimento: “Os expostos e órfãos, sobretudo aqueles de cor escura, como pardos, cabras e pretos, estigmatizados na sua origem, que não tinham tutores,

<sup>24</sup> Ibid, p. 31 – 33.

<sup>25</sup> IAHGP, Inventário de Maria Jose da Rocha, 1840, cx. 59.

<sup>26</sup> FONSECA, Claudia. *Caminhos da adoção*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002, p. 35.

padrinhos atenciosos, nem família que os resgatassem, nem sempre escapavam ao sistema escravista que tragava homens e coisas num apetite insaciável e voraz.”<sup>27</sup>

O romance *Rosaura, a enjeitada* (1883), de Bernardo Guimarães, é um registro riquíssimo a respeito dos infortúnios dos expostos e de outros temas. A história se passa na São Paulo de meados do século XIX e tem como protagonista uma bela menina de quatorze anos que dá título ao livro. Rosaura era filha “bastarda” de uma relação clandestina entre Adelaide, filha do bem posicionado Major e comerciante Damásio, e Conrado, jovem capataz<sup>28</sup> do pai de Adelaide. O jovem, repellido em suas pretensões à mão da moça, retirou-se de São Paulo e depois de um tempo foi dado como morto, ficando sem saber da existência da filha até os seus quatorze anos de idade. Por dois anos, as suas insistentes correspondências não chegaram à sua amada, pois foram interceptadas por Damásio ou conheceram outros infortúnios.

No decorrer de uma excursão comercial de seu pai, que durou de seis a sete meses, Adelaide deu à luz uma menina com a ajuda da escrava Lucinda, que havia sido sua ama de leite e de criação – sua mãe morreu cedo, e continuava como sua cativa do serviço da casa. Foi a mulher quem “lavou, pensou, vestiu e depois expôs, com boas e louváveis intenções, a mísera recém-nascida à porta de Nhá Tucá.”<sup>29</sup> Por esse expediente, a honra e reputação da filha do major conservaram-se imaculadas ao público, “sempre ávido de escândalos”.<sup>30</sup>

Por essa época,

Da mulher era esperada a conservação de sua virtude sexual, porque lhe cabia proteger a reputação e a pureza da sua linhagem familiar. No caso das mulheres o modelo de família burguesa, dominante no século XIX, centrada na educação das crianças, deixou a cargo das mulheres esta responsabilidade. E a dedicação das mães as suas filhas determinava o futuro honesto e tranqüilo das mesmas.

Já um homem honrado devia ser corajoso, defender a sua honra e a da sua família e proceder com probidade nos negócios e nas atividades de trabalho.<sup>31</sup> Imaginemos a responsabilidade que recaia sobre os ombros do pai de Adelaide em relação à educação dela,

<sup>27</sup> NASCIMENTO, Alcileide C do. *A sorte dos enjeitados...* p. 225.

<sup>28</sup> “Capataz, s. m. O chefe dos misteres; ou de alguma companhia de serviços nas Alfândegas (...)”. MORAES SILVA, Antonio. *Diccionario da lingua portugueza* - recompiled dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado. Vol. 1. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813, p. 340. Disponível em [www.brasiliana.usp.br](http://www.brasiliana.usp.br). Acesso em 15/05/2010.

<sup>29</sup> GUIMARÃES, Bernardo. *Rosaura, a enjeitada*. São Paulo: Edição Saraiva, s/d, p 18.

<sup>30</sup> Ibid, p. 6.

<sup>31</sup> VASCONCELOS, Maria Emília. Meninas, moças e donzelas: os crimes sexuais e a honra em Pernambuco Imperial (1860-1888). MIRANDA, Humberto e VASCONCELOS, Maria Emilia (org.). *História da infância em Pernambuco*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2007. p. 85-98, p. 97, 98.



já que era órfã de mãe. Se o Major soubesse da gravidez, a honra da sua filha seria incerta, e mesmo a vida dela talvez sucumbisse, “vítima da cólera do pai”.<sup>32</sup>

Quando a filha de Adelaide e Conrado foi exposta, Nhá Tucá ainda “passava por uma senhora honesta e caridosa”. Ela havia herdado do seu irmão uma porção de “crioulas e mulatas, todas novas e bonitas, vigorosas e sadias”.<sup>33</sup> A mulher havia aberto uma espécie de prostíbulo em Mogi Mirim, mas não auferindo grandes lucros, vendeu tudo que possuía e migrou com as suas raparigas para São Paulo. Nesta cidade, “comprou fora da cidade o prédio (...) onde estabeleceu com excelentes cômodos e por preços módicos venda, rancho e hospedaria.”<sup>34</sup>

Os passageiros e a rapaziada da vizinhança deixavam vultosas quantias no negócio de Nhá Tuca, atraídos pela fama da boa bebida e pela obsequiosidade das bonitas raparigas, que também “serviam de caixeiras e de serventes na hospedaria”.<sup>35</sup> Elas ainda faziam os serviços mais delicados da casa, porque o trabalho grosseiro era feito pela dona e por uma preta velha. E não era só isso, todos os domingos e dias santos, Nhá Tuca enviava à cidade três ou quatro de suas mais lindas cativas, “bem vestidas e prontas a armar laço à bolsa dos estudantes.”<sup>36</sup>

A descoberta desse intricado de atividades, por meio dessa e de outras fontes, interessa-nos sobremaneira. Ela nos possibilita argumentar que, além das interfaces entre algumas categorias sociais (agregados, filhos ilegítimos) e o trabalho doméstico, havia fronteiras intercambiáveis que misturavam este tipo de trabalho com as atividades exercidas em estabelecimentos comerciais (contíguos ou não à residência) e as exercidas nas ruas. Certamente, as distinções entre tais formas, lugares e finalidades de trabalho não eram tão claras nos oitocentos.

Mas voltemos ao romance. Nhá Tuca ainda ganhava dinheiro vendendo os filhos das suas cativas quando completavam entre oito e dez anos, mas principalmente os meninos, porque as meninas substituiriam as mães. Por causa disso e de outros motivos, ela escravizou a filha de Adelaide. Na madrugada da manhã em que Rosaura foi exposta havia nascido de uma das raparigas uma menina tão branca quanto aquela, que terminou morrendo. Nhá Tuca decidiu substituir as crianças, dando a enjeitada por morta, o que foi acreditado por Lucinda. Desse dia em diante, os negócios da dona da casa começaram a entrar em decadência: com o

<sup>32</sup> GUIMARÃES, Bernardo. Op. Cit. p. 39.

<sup>33</sup> Ibid. p. 74.

<sup>34</sup> Ibid. p. 75.

<sup>35</sup> Ibid. p. 76.

<sup>36</sup> Ibid.

passar do tempo, a “devassidão” e as moléstias; a beleza das suas cativas foi se esvaindo assim como os clientes, e algumas morreram. Nesse contexto, a senhora instruiu as raparigas a “preparar filtros amorosos” para segurar os amantes, mas não obtiveram muitas vantagens. Por essas e outras coisas, Nhá Tucá começou a ganhar reputação de feiticeira, bruxa, mulher que tinha pacto com o diabo.

Aos dez anos de idade, Rosaura foi vendida a um velho negociante de escravos chamado Basílio, morador na Rua do Tabatinguera. Ele e sua mulher possuíam tanto cuidado com Rosaura que a colocavam em plena reclusão. Esta condição, no entanto, não impediu a descoberta do amor pela menina por um seu vizinho, ao qual era correspondida. Mas aos quatorze anos, a menina foi vendida ao Sr. Morais para presentear a sua filha mais velha Estela, de dez anos. Esta mostrou “com insistência o desejo de possuir uma mulatinha, que lhe servisse de mucama, que a acompanhasse à escola, à missa e aos passeios.”<sup>37</sup> Estela tinha mais três irmãos e, por uma cruel coincidência, a mesma mãe de Rosaura.

Nos primeiros dias da mucama na nova morada, todos a mimavam. Até essa altura do romance, os comentários sobre as habilidades da menina para o trabalho foram inexistentes. Mas a partir de então, vemos que havia aprendido muito bem suas tarefas:

Ativa, inteligente e habilidosa, não se recusava a serviço algum. Na cozinha ajudava a tia Lucinda com tal jeito e desembaraço, que fazia pascar a velha preta. Na sala engomava, cozia e bordava, de modo que encantava à senhora. Aos trabalhos os mais delicados, como aos mais rudes e fragueiros, se oferecia e prestava não só com prontidão, como também com certo ar afetuoso, que fazia crer que tomava gosto em seu cativo. Tratava das crianças com tal amabilidade, jeito e carinho, que parecia não uma rapariga de quatorze anos, mas uma provecta mãe de família.<sup>38</sup>

Mas os dias de tratamento ameno acabaram para Rosaura quando o Sr. Morais se apaixonou “insensata e freneticamente” pela menina, perseguindo-lhe com promessas e ameaças. A historiografia tem argumentado que meninas podiam sofrer todo tipo de violência e assédio sexual nas residências onde trabalhavam e/ou se tornar concubinas dos seus superiores.<sup>39</sup> Comentando sobre o serviço doméstico no Recife oitocentista, Tollenare

<sup>37</sup> Ibid, p.40.

<sup>38</sup> Ibid, p. 11.

<sup>39</sup> Ver: VASCONCELOS, Maria Emília. Op. Cit.; COSTA, Robson. Os germes da perversidade: infância e juventude escrava em Pernambuco, 1871-1888. MIRANDA, Humberto e VASCONCELOS, Maria Emilia (org.). *História da infância em Pernambuco*. Recife: Ed. da UFPE, 2007. p. 51-68.

disparou: “Encontra-se para alugar negras e mulatas livres; mas, são antes concubinas do que criadas”.<sup>40</sup>

As atitudes de Morais não passaram despercebidas por Adelaide, que começou a maltratar sua própria filha. Até que Lucinda descobriu, através de um sinal de nascença, que Rosaura era filha da sua sinhá. Acreditando em Lucinda e na sua intuição materna, a mãe apoiou a cativa num plano para tirar a garota do cativeiro e proteger sua honra das garras de Morais.

Por essa época, Conrado já era um “capitalista”<sup>41</sup> bem estabelecido em São Paulo, e solteiro. Lucinda foi a sua procura e contou-lhe toda a verdade; ele ficou tomado pela emoção. Então, Conrado pediu para a escrava verificar se Nhá Tuca ainda vivia, do que recebeu resposta positiva, estando a mulher em sua definitiva decadência e muito doente. Ainda assim, Conrado conseguiu confissão da mesma, em presença e assinada por um Frei e testemunhas da redondeza, ao que depois faleceu.

Com posse da confissão, o pai de Rosaura e o Frei foram ter com os Srs. Damásio, Morais e Adelaide. Os interessados discursaram muitos argumentos de direito, humanitários e cristãos a favor da entrega da menina ao seu pai, verdadeiros cuidados para que a reputação de Adelaide se mantivesse ilibada, mas as recusas de Damásio e Morais foram peremptórias. Diante disso, o caso inteiro foi revelado, o que provocou muita comoção, e recusas iniciais de perdão a tão grave e vergonhosa falta da mulher. No entanto, ainda durante a conferência o pai conseguiu perdoá-la verdadeiramente e o marido, talvez por conveniência, tanto que depois disso caiu doente, chegando ao óbito. A morte do pai de Adelaide também não se demorou. Mas o final foi feliz: Rosaura na companhia do pai e reencontrando seu enamorado, e Conrado e Adelaide reacendendo o amor do passado. Um casamento duplo não podia ter sido desfecho mais apoteótico, e parecido com os finais das novelas de televisão.

Outro romance, *Francina* (Scenas da vida escrava), escrita pelo brasileiro Xavier Eyma e publicada em 1861 no Jornal do Recife, é mais um testemunho da escravização de pessoas livres, porém através do roubo de crianças. A história é igualmente rica e extensa como a anterior, mas seremos mais sucintos na sua descrição. Ela foi ambientada nos Estados Unidos e tem como personagem central Francina, cativa de dezoito anos, branca e dona de rara beleza. Ela havia nascido na casa de um rico taberneiro de São Luiz, chamado Bruskin,

<sup>40</sup> TOLLENARE, Louis – François. *Notas Dominicais*. Coleção Pernambucana V. XVI. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Educação e Cultura, 1978, p. 201.

<sup>41</sup> Ibid, p. 31.

no Estado de Missouri, de pai incógnito com a escrava negra de notável beleza, Flora. Porém, dizia-se que o próprio taberneiro era o seu pai. Francina já havia servido de criada a uma casa de pasto de Bruskin, mas também sabia coser e pentear.<sup>42</sup>

Betzy tinha mais ou menos a mesma idade de Francina e foi criada ao seu lado como irmã. Ambas eram brancas, bonitas e escravas. Betzy se tornou cativa da seguinte maneira: ela havia sido furtada pelo mercador de negros João Baker, dos braços do seu pai num vapor, quando este estava em viagem para resgatá-la, pois sua mãe, levando-a consigo para realizar tratamento de saúde, morrera longe de casa. João vendeu a menina ao taberneiro Bruskin, e este a entregou para a mãe de Francina. No Recife, a prática de roubo de escravos e de outras pessoas que eram escravizadas se acentuou a partir da lei anti tráfico de 1831.<sup>43</sup>

Outras cativas eram igualmente mucamas e também circulavam por vários lares, crescendo longe dos seus progenitores. A “negrinha crioula” Felipa que em 1817 estava com seis anos foi oferecida em doação por Francisca Joaquina do Sacramento Lima nos seguintes termos:

(...) a dou a minha neta Luiza, filha de minha filha Maria, e seu marido Francisco Antonio, da qual não terá uso senão depois da minha morte, e então desejo, e quero, que passe com todos os frutos que tiver tido, e morrendo esta minha neta (...), ficará a dita negrinha com seus frutos para outra qualquer filha fêmea, que haja de ter a dita minha filha, e nem terão seus Pais direito de a vender, ou alienar: a qual doação faço muito de minha vontade sem constrangimento de alguém, e desejo, que esta minha doação não entre em conta da herança, que pertence a sua mais pois que a faço de minha terça (...).<sup>44</sup>

Se não fosse pelo fato de Francisca ter morrido apenas em 1847, Felipa teria circulado de uma casa a outra ainda pequena. E mais, parece que Felipa não ficou em poder de Luiza depois do falecimento da sua proprietária, tendo em vista que foi avaliada entre os escravos, sendo incluída na herança. No testamento de Joanna Francisca do Nascimento, por sua vez, lemos que “sera dada as minhas duas filhas as duas crias Theresa e Cosma, e caso faleção entrará em seu lugar, Ignacia para Justina, e Marcelina para Cândida (...).”<sup>45</sup> Certamente, a

<sup>42</sup> Jornal do Recife, 19/01/1861.

<sup>43</sup> CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822 – 1850*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.

<sup>44</sup> IAHGP, Inventário de Francisca Joaquina do Sacramento Lima, 1847, cx. 78.

<sup>45</sup> IAHGP, Inventário de Joanna Francisca do Nascimento, 1841, cx. 62.

vontade de Joanna foi atendida, haja vista nenhuma das crias mencionadas terem sido encontradas no inventário.<sup>46</sup>

No caso das crianças abandonadas na Casa dos Expostos elas eram cuidadas por amas de leite e de criação até os 7 anos, podendo ter várias amas. A partir desta idade as meninas ingressavam no Colégio das Órfãs, caso ninguém as adotasse. Neste local aprendiam as primeiras letras, história do Brasil, doutrina cristã, atividades domésticas, entre outras disciplinas, para ingressarem no mercado de trabalho doméstico ou para se casarem. Isso acontecia aos quatorze anos, pois de acordo com o Código Filipino os filhos sem família, a exemplo dos expostos, eram considerados legalmente adultos com essa idade, mas muitas vezes eles ingressavam no mundo do trabalho antes disso. As experiências de crianças enjeitadas em instituições do Recife, em especial as meninas na Casa dos Expostos e no Colégio das Órfãs, são objetos de estudo de outros pesquisadores, que produziram significativos resultados. Por isso, esses assuntos não constituem focos da nossa pesquisa.<sup>47</sup>

Para entendermos os mecanismos de controle e exploração no trabalho doméstico temos lançado mão do gênero, que se configura como a abordagem usada para teorizar a questão da diferença sexual. O gênero é uma maneira de analisar as “construções sociais”, a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. A compreensão seja da mulher ou do homem advém de estudos que os considerem conjuntamente, de forma relacional. Do mesmo modo, a abordagem de gênero deve estar ligada às categorias de raça, classe ou etnia.<sup>48</sup>

#### *CRIAS DA CASA, TRABALHO DOMÉSTICO E ALFORRIAS.*

É bem corrente a expressão cria da casa, nascida e criada na casa, em cartas de liberdade para denominar o alforriado, variavelmente filho ilegítimo das escravas com seus

<sup>46</sup> Sobre a circulação de crianças, ver: MILANICH, Nara. *Los hijos de la Providencia: El abandono como circulación em el Clile decimonónico*. New Haven: Universidad de Yale, 2001; FONSECA, Claudia. Op. Cit.

<sup>47</sup> Sobre esses assuntos, ver: ANJOS, João Alfredo dos. Op. Cit.; NASCIMENTO, Alcileide C do. *A sorte dos enjeitados...*, e \_\_\_\_\_. *A Roda dos Enjeitados nos embates da cultura*; MOURA, Vera L. B. de. *Pequenos Aprendizes: Assistência à infância desvalida em Pernambuco no século XIX*. 2003. (Mestrado em História) UFPE, Recife; BRITO, Rose Kelly. Trabalho doméstico como forma de inserção social de meninas enjeitadas no Recife (1840-1850). NASCIMENTO, Alcileide e GRILLO, Maria Ângela (org.). *Cultura, gênero e infância: nos labirintos da História*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2007. p. 19-212.

<sup>48</sup> SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. Trad. Christine Rufino Dabat, Maria Betânia Ávila. 3. ed. Recife: SOS Corpo, 1996. Ver também: HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. *Cadernos Pagu*. Campinas, (22), p. 201-246, 2004; BUTLHER, Judith. Regulaciones de Gênero. *Revista de estudios de gênero*. La ventana, Universidad de Guadalajara, Guadalajara, México, n. 23, p. 7-35, 2006.

senhores ou outros membros da sociedade.<sup>49</sup> No entanto, o código moral do século XIX, não incentivava o reconhecimento explícito dessas filiações. Numa amostra de 456 alforriados no Recife das décadas de 1840 e 1850, apenas uma forra foi perfilhada pelo seu pai e senhor.

Assim, em 1856 Ângelo de Albuquerque registrava a carta de liberdade da “crioula” Felippa, que havia sido concedida em 1833 na Matriz de Nossa Senhora da Luz. Segundo o proprietário, ele alforriava a cativa “pelo amor de Deus, e pela reconhecer sempre por filha minha, havida por fragilidade humana da escrava Micaela do dito meu pai, a qual de hoje para sempre poderá gozar de sua liberdade (...)”.<sup>50</sup> A paternidade foi tratada com culpa, circunscrita à fragilidade humana, mas fragilidade de Micaela, que era mulher e escrava.

Estudando os observadores estrangeiros e nacionais do Brasil oitocentista, Robert Slenes identificou os fortes preconceitos que estes possuíam quando confrontados com os escravos. Para tais observadores, por exemplo, a mulher cativa, abandonada nas condições adversas da escravidão, crescendo em meio à luxúria, ficava pervertida e promíscua desde cedo. À ela era imputada a culpa pela sedução.<sup>51</sup>

A alforria da “parda” Maria, filha da “mulata” Joaquina, de aproximadamente oito anos em 1855, atesta quão jovens os cativos começavam a trabalhar. Em se tratando de uma menina, é razoável admitir ainda que ela pudesse estar ocupada com afazeres domésticos. Assim, em 1859 Maria Gomes de Figueredo registrou a carta de liberdade condicional de Maria:

(...) e por que tenho criado dita minha escrava Maria, desde o seu nascimento, e tem estado em minha companhia até hoje, e já vai me prestando algum serviço de muito boa vontade, por isto tenho-lhe muita afeição e amor, e tomo a resolução de lhe dar a sua liberdade que a gosará depois de minha morte: liberdade tão franca como se nacesse de ventre forro, e como se nunca tivesse sido minha escrava.<sup>52</sup>

As alforrias condicionais eram as que dirigiam algum tipo de condição, de cláusula restritiva ao cativo. A nossa amostra possibilitou visualizar as seguintes condições: “companhia”, “liberdade após a morte do dono”, “bom comportamento”, “liberdade quando maior de idade”, “prestação de serviços”. Existem muitos exemplos desse tipo de

<sup>49</sup> LIMA, Tatiana S. de. *Os nós que alforriam: Relações sociais na construção da liberdade*. Recife, décadas de 1840 e 1850. 2004. (Mestrado em História), UFPE, Recife.

<sup>50</sup> Livro de Notas do Tabelião Francisco Baptista d’Almeida (Recife) 03, n. 39, fl. 229, 25/01/1856.

<sup>51</sup> SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava*, Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 134-142.

<sup>52</sup> IAHGP, “Livro de Escrituras, v. 8, 1859-60, Tabelião Francisco Baptista de Almeida, Recife”, f. 10 v, 11. Grifo nosso.



manumissão. No Recife de 1853, Anna, filha da escrava Severina, certamente continuaria a história da sua mãe, pois Rita Cezaria d'Azevedo concedeu a alforria de Anna: “cuja mulatinha pela amizade que lhe tenho em razão de a ter creado, pela presente lhe dou liberdade com a condição de me acompanhar e me servir em quanto eu viver (...)”.<sup>53</sup>

Dessa e de outras maneiras, famílias dos grupos subalternos, notadamente matrifocais, envolviam-se com o trabalho doméstico, pois um código cultural era legado de geração a geração. A seguir, podemos observar os membros de uma família matrifocal mais extensa com várias habilidades correlacionadas:

Preciza-se de 1000 \$ de rs. a premio de um por cento com hipoteca em quatro escravas, uma crioula, cosinheira, e coze xão, idade 35 annos, uma filha da dita cabra, costureira, e engomadeira, rendeira, de idade 17 annos, próxima a parir, uma moleca de 11 annos, que já faz todo serviço de casa, e outra de 7 annos, por tempo de 9 mezes, e não sendo remidas ficar vendidas pelo mesmo preço: quem quiser declare sua morada para ser procurada, no espaço de trez dias (Diário de Pernambuco).<sup>54</sup>

As meninas escravas podiam aprender tais habilidades com os seus familiares e senhoras no cotidiano, ou até com instrutoras contratadas para lhes ensinar nas casas as quais pertenciam. Nesta perspectiva, podemos citar o seguinte anúncio: “Precisa-se de uma mulher capaz para ensinar em uma caza a engomar e cosinhar: que pertender dirija-se a rua Velha D. 39”.<sup>55</sup> As instrutoras também podiam ser professoras de primeiras letras, que atendiam nas suas próprias residências.

Em 1833 no bairro do Recife, todas as mestras, nas aulas particulares femininas de primeiras letras, ensinavam costura. Este detalhe fazia destas aulas uma espécie de oficina de costura onde se ensinava a ler e a escrever. Nas aulas de meninas, as professoras tinham permissão para atender a um público mais diversificado. As mestras podiam atuar ao mesmo tempo ensinando primeiras letras para meninas e meninos pequenos (até os 10 anos), como bordadeiras e costureiras, como babás e instrutoras de escravas. Uma professora chamada Ângela, além dos seus 32 alunos, ensinava a duas escravas.<sup>56</sup>

<sup>53</sup> Livro de Escrituras de Notas de Liberdade de Escravos, n. 48, Recife, fl. 34 v, 15/12/1853.

<sup>54</sup> Diário de Pernambuco (Recife), 12/01/1837.

<sup>55</sup> Diário de Pernambuco (Recife), 19/01/1837.

<sup>56</sup> SILVA, Adriana M. A. *Processos de construção das práticas de escolarização em Pernambuco, em fins do século XVIII e primeira metade do século XIX*. 2006. Tese (Doutorado em História). UFPE, Recife, p. 204.

*Porém, encontramos mais registros do aprendizado de ofícios referentes às crias masculinas. No Recife de 1855, o casal Francisco e Joanna Maria de Freitas Gambôa registrava a carta de alforria de Mariana e seu filho Marcellino:*

Em nome da Santíssima Trindade Amém. Saibam todos quanto esta carta de alforria virem, que sendo nós abaixo assinados senhores e possuidores de uma nossa escrava de nação benguela por nome Mariana, e bem assim de um seu filho que nasceu no ano de mil oitocentos e quarenta e seis, a dois de Janeiro, em casa do solicitador Francisco de Arruda e Mello, morador na rua do Muro da Penha, nesta Cidade do Recife de Pernambuco, ao qual fizemos batizar, e lhe passemos o nome de Marcellino, em cuja casa a dita nossa escrava se achava servindo, há mais de três anos, e por estes, e outros lucros, bons serviços, e bom comportamento, da nossa dita escrava a damos desde já por livre, e bem assim ao dito seu filho, com a condição de viverem em nossa companhia, até a hora da morte, de nós ambos, para o que nos obrigamos a mandar ensinar seu filho Marcellino, a ler, escrever, e o ofício para que tiver inclinação, e fazemos doação, por nossa morte a referida Mariana, e a seu filho, de uma nossa casa de taipa que está edificada no canto junto a casa grande de pedra e cal, na rua da Capunga, a qual principiará a gozar, e desfrutar, como sua depois da morte de nós ambos (...).<sup>57</sup>

A alforria condicional, a "obrigação" e a "doação" dos libertantes para com os escravos são indícios que nos falam, dentre outras coisas, da importância que o trabalho de Mariana ganhou na vida de seus donos; a cativa era valiosa. Ela era escrava de aluguel, do serviço doméstico como suscita o trecho “em cuja casa a dita nossa escrava se achava servindo”.

Nesta perspectiva, o poder de barganha de Mariana também era grande. A alforria da escrava e seu filho podia ser resultado da pressão feita pela cativa sobre os senhores para ganhá-la ou comprá-la. Ela podia ser resultado mesmo do paternalismo dos senhores, que se antecipavam a um possível desejo de liberdade da valiosa escrava, pensando na dependência pessoal de mãe e filho. Em contrapartida, a alforria sinalizava um aspecto importantíssimo na construção da liberdade de mãe e filho: a propriedade - seja material ou intelectual.

Nas cartas de alforria encontramos histórias mais e menos favoráveis às crias da casa. No universo de 456 manumitidos relativos ao Recife nas décadas de 1840 e 1850, 60% tiveram suas idades discriminadas. Daí, dividimos os grupos de idade em decênios até os cinquenta anos, depois disso demarcamos “Mais de 50 anos”. Entre todos eles, o primeiro

<sup>57</sup> IAHGP, Livro de Notas do Tabelião Francisco Baptista d’Almeida (Recife) 02, N. 40, fls. 99 v. 100, 13/01/1855.

grupo (0-10 anos) concentrou cerca de 22% dos forros com idade identificada, o maior percentual dos grupos.

Parecia que as crias da casa eram forras em potencial. E muitos motivos contribuíram para isso. Nesta perspectiva, as mães, escravas e ex-escravas, foram os parentes que mais intervieram para a liberdade dos filhos. Alguns fatores convergiram para esse sentido: elas estavam mais próximas do núcleo do poder exercendo atividades domésticas, podendo influir na manumissão dos seus quando atuavam eficaz e fielmente; elas também exerciam atividades lucrativas, o que possibilitava a compra da liberdade legal. As crianças ainda recebiam ajuda de outros familiares – como os pais e avós; valiam-se de quando eram filhas naturais dos proprietários de suas mães, ou quando eram frutos das relações mantidas pelas suas mães com outras pessoas - livres, escravas ou forras; as crianças também prestavam pequenos afazeres para os donos da casa desde cedo.

Procurando investigar palavras articuladas ao domínio do trabalho doméstico, descobrimos sentidos e experiências que nos ajudaram a discutir categorias e relações sociais e culturais dos trabalhadores domésticos no Recife oitocentista. “Cria da casa” e “doméstico” eram expressões que podiam equivaler a pessoas dos grupos subalternos com idade tenra, criadas em residências de famílias ricas e pobres desempenhando algum serviço da casa. Nessas condições, detectamos as seguintes categorias: enjeitados, agregados, livres escravizados e filhos ilegítimos – cativos/escravizados, forros e livres.

Assim, desde cedo esses atores eram envolvidos e disciplinados no/para o mundo do trabalho. E na segunda metade do século XIX isso parecia colaborar para o controle do trabalhador, já que nessa época houve uma substituição paulatina do trabalho escravo para o livre. “Em 1872 os trabalhadores livres eram mais numerosos do que os escravos em todas as categorias ocupacionais: a proporção livre/escravo era maior entre os trabalhadores sem profissão, 4:1; entre os lavradores, criados e jornaleiros, 5:1; e entre os empregados domésticos, 5:1”.<sup>58</sup>

## FONTES

<sup>58</sup> EISENBERG, Peter L. *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840 – 1910*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1977, p. 201.

#### IMPRESSAS:

Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciando – APEJE, Jornal do Recife, jan. – mai./1861.  
Laboratório de Pesquisa e Ensino de História - LAPEH, Diário de Pernambuco (Recife), 12/01/1837, 19/01/1837.

#### INTERNET:

MORAES SILVA, Antonio. *Diccionario da lingua portugueza* - recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado. Vol. 1 e 2. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. Disponível em [www.brasiliana.usp.br](http://www.brasiliana.usp.br).

#### MANUSCRITAS:

Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano - IAHGP, Inventário de Maria Jose da Rocha, 1840, cx. 59.  
IAHGP, Inventário de Joanna Francisca do Nascimento, 1841, cx. 62.  
IAHGP, Inventário de Francisca Joaquina do Sacramento Lima, 1847, cx. 78.  
IAHGP, Arquivo Orlando Cavalcanti, Livro de Notas do Tabelião Guilherme Patrício Bezerra Cavalcanti (Recife), n. 49, 1840.  
IAHGP, Arquivo Orlando Cavalcanti, Livro de Notas do Tabelião Guilherme Patrício Bezerra Cavalcanti (Recife), n. 53, 1844-45.  
IAHGP, Arquivo Orlando Cavalcanti, Livro de Notas do Tabelião Guilherme Patrício Bezerra Cavalcanti (Recife), s. n., 1850.  
IAHGP, Arquivo Orlando Cavalcanti, Livro de Notas do Tabelião Guilherme Patrício Bezerra Cavalcanti (Recife), n. 50, 1852.  
IAHGP, Arquivo Orlando Cavalcanti, Livro de Notas do Tabelião interino Luis da Costa Portocarreiro (Recife), n. 48, 1853-54.  
IAHGP, Arquivo Orlando Cavalcanti, Livro de Notas do Tabelião Francisco Baptista d'Almeida (Recife) 02, n. 40, 1854-55.  
IAHGP, Arquivo Orlando Cavalcanti, Livro de Notas do Tabelião Francisco Baptista d'Almeida (Recife) 03, n. 39, 1855-56.  
IAHGP, Arquivo Orlando Cavalcanti, Livro de Notas do Tabelião Francisco Baptista d'Almeida (Recife) 04, n. 41, 1856.

IAHGP, Arquivo Orlando Cavalcanti, Livro de Notas do Tabelião Francisco Baptista d'Almeida (Recife) 05, s. n., 1856-57.

IAHGP, Arquivo Orlando Cavalcanti, Livro de Notas do Tabelião Francisco Baptista d'Almeida (Recife), v. 8, s. n., 1859-60.

Matriz do Santíssimo Sacramento de Santo Antônio do Recife, "Livro 12 de Baptisados de 1829 a 1838".

Matriz do Santíssimo Sacramento de Santo Antônio do Recife, "Livro 17 de Baptisados de 1847 a 1848".

## BIBLIOGRAFIA

### LIVROS, TESES, DISSERTAÇÕES E ARTIGOS:

ANJOS, João Alfredo dos. *A Roda dos Enjeitados: enjeitados e órfãos em Pernambuco no século XIX*. 1997. (Mestrado em História), Recife, UFPE.

BARICKMAN, B. J. E se a casa grande não fosse tão grande? Uma freguesia açucareira do Recôncavo Baiano em 1835. *Afro-Ásia*, 29/30 (2003), 79 – 132.

BRANDÃO VASCONCELOS, Sylvana M. *Ventre livre, mãe escrava: a reforma social de 1871 em Pernambuco*. Recife: Ed. da Universidade Federal de Pernambuco, 1996.

BRITO, Rose Kelly. Trabalho doméstico como forma de inserção social de meninas enjeitadas no Recife (1840-1850). NASCIMENTO, Alcileide e GRILLO, Maria Ângela (org.). *Cultura, gênero e infância: nos labirintos da História*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2007. p. 199-212.

BUTLHER, Judith. Regulaciones de Género. *Revista de estudos de gênero*. La ventana, Universidad de Guadalajara, Guadalajara, México, n. 23, p. 7-35, 2006.

CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822 – 1850*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.

COSTA, Robson. Os germes da perversidade: infância e juventude escrava em Pernambuco, 1871-1888. MIRANDA, Humberto e VASCONCELOS, Maria Emilia (org.). *História da infância em Pernambuco*. Recife: Ed. da UFPE, 2007.

EISENBERG, Peter L. *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840 – 1910*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1977.

- FONSECA, Claudia. *Caminhos da adoção*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- GUIMARÃES, Bernardo. *Rosaura, a enjeitada*. São Paulo: Edição Saraiva, s/d.
- HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. *Cadernos Pagu*. Campinas, (22), p. 201-246, 2004.
- KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 134 – 146.
- KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Trad. Luis da Câmara Cascudo. 2. ed. Coleção Pernambucana. Vol. XVII. Recife, Secretaria de Educação e Cultura, Governo do Estado de Pernambuco, Departamento de Cultura: 1978.
- LIMA, Tatiana S. de. *Os nós que alforriam: Relações sociais na construção da liberdade*. Recife, décadas de 1840 e 1850. 2004. (Mestrado em História), UFPE, Recife.
- MATTOSO, Kátia de Q. O filho da escrava (Em torno da lei do ventre livre). *Revista Brasileira de História*. São Paulo. V. 8 nº 16, pp. 37 – 55, mar. 88/ago. 88.
- MILANICH, Nara. *Los hijos de la Providencia: El abandono como circulación em el Clile decimonónico*. New Haven: Universidad de Yale, 2001.
- MOURA, Vera L. B. de. *Pequenos Aprendizizes: Assistência à infância desvalida em Pernambuco no século XIX*. 2003. (Mestrado em História) UFPE, Recife.
- NASCIMENTO, Alcileide C do. A Roda dos Enjeitados nos embates da cultura. NASCIMENTO, Alcileide e GRILLO, Maria Ângela (org.). *Cultura, gênero e infância: nos labirintos da História*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2007. p. 185-198.
- \_\_\_\_\_. *A sorte dos enjeitados: o combate ao infanticídio e a institucionalização da assistência às crianças abandonadas no Recife (1789 – 1832)*. São Paulo: Annablume: FINEP, 2008.
- SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. Trad. Christine Rufino Dabat, Maria Betânia Ávila. 3. ed. Recife: SOS Corpo, 1996.
- SILVA, Adriana M. A. *Processos de construção das práticas de escolarização em Pernambuco, em fins do século XVIII e primeira metade do século XIX*. 2006. Tese (Doutorado em História). UFPE, Recife.
- SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- TOLLENARE, Louis – François. *Notas Dominicais*. Coleção Pernambucana V. XVI. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Educação e Cultura, 1978.



VASCONCELOS, Maria Emília. Meninas, moças e donzelas: os crimes sexuais e a honra em Pernambuco Imperial (1860-1888). MIRANDA, Humberto e VASCONCELOS, Maria Emilia (org.). *História da infância em Pernambuco*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2007. p. 85-98.